

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.509 - SP (2019/0290364-3)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : FUNDAÇÃO SAÚDE ITAU**  
**ADVOGADOS : EDUARDO CHALFIN E OUTRO(S) - SP241287**  
**CARLA ARETUZA PINHEIRO CUNHA - SP182755**  
**RECORRIDO : ELISABETH CAMPEZI LAZZARINI**  
**ADVOGADO : PÉRISSON LOPES DE ANDRADE E OUTRO(S) - SP192291**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão ementado, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 361):

Apelação. Plano de saúde coletivo. Pretensão de empregada consistente em manutenção em plano coletivo de assistência médica, disponibilizado por ex-empregadora sob a modalidade de autogestão. Sentença de procedência em parte dos pedidos iniciais. Inconformismo da ré Fundação Saúde Itaú. Apelo não conhecido, ante o reconhecimento de incompetência absoluta.

1. No presente caso, impõe-se reconhecer, de ofício, a incompetência deste órgão julgador para processar e julgar a presente demanda, nos termos do artigo 64, § 1º, CPC/15. Demanda relacionada à discussão do direito subjetivo de ex- empregado de ser preservado beneficiário de plano de saúde/seguro saúde coletivo mantido pela ex-empregadora pelo sistema de autogestão, vinculado à empresa seguradora de saúde pertencente ao mesmo grupo empresarial. Debate afeto a direito previsto em contrato de trabalho ou convenção trabalhista. Precedentes desta Colenda Câmara e do Superior Tribunal de Justiça.

2. Recurso de apelação da ré não conhecido, ante o reconhecimento, ora realizado em conformidade com o decidido no Agravo de Instrumento nº 2071365-90.2017.8.26.0000, de incompetência absoluta para processar e julgar o feito, determinada redistribuição à Justiça Especializada Trabalhista.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 42, 44 e 64, §§ 1º e 4º, do Código de Processo Civil de 2015, alegando a competência da

Justiça Comum para o julgamento da causa, pois não se trata de plano de saúde disponibilizado gratuitamente pelo empregador em decorrência do contrato de trabalho com o empregado, o que evidencia a natureza cível da questão.

Contrarrazões apresentadas, pugnando a recorrida, também, pela manutenção da competência da Justiça Comum estadual.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Verifico que o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, adotou posicionamento frontalmente contrário ao entendimento pacificado por esta Corte Superior, pois considerou que o fato de se tratar, no caso, de plano de saúde de autogestão é suficiente para atrair a competência da Justiça do Trabalho. É o que se depreende do seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 365-373):

O recurso de apelação da parte ré não deve ser conhecido, à vista do reconhecimento, ora realizado em conformidade com o decidido no Agravo de Instrumento nº 2071365-90.2017.8.26.0000, de incompetência absoluta da Justiça Comum Estadual de processar e julgar o presente feito, impositiva a remessa dos autos à Justiça Especializada Trabalhista, nos termos do artigo 64, § 1º, do Código de Processo Civil.

[...]

Depois de profunda reflexão voltada a ponderar os interesses em jogo, este Desembargador procurou conciliar seu ponto de vista com a posição, vista como majoritária, dos demais componentes desta Colenda Câmara, a fim de uniformizar entendimento de reconhecer a incompetência absoluta nos casos em que haja formulação de pedido de continuidade em plano/seguro saúde que funcione sob o sistema de autogestão, vinculado a empresa operadora ou seguradora de saúde pertencente ao mesmo grupo empresarial, com estrita vinculação de suas regras de uso, inclusive após a extinção do vínculo laboral, ao contrato de trabalho que fora celebrado pelo ex-empregado, ou de outros instrumentos que igualmente impactem tal relação laboral, de ordem coletiva (convenções ou acordos

coletivos), adotando, portanto, a segunda posição acima retratada.

[...]

Por todas essas razões, reconhece-se, em conformidade com o decidido no Agravo de Instrumento nº 2071365-90.2017.8.26.0000, a incompetência absoluta para julgar e processar a presente ação, anulada a sentença, determinada remessa à Justiça Especializada Trabalhista, não conhecido o recurso de apelação interposto pela ré Fundação Saúde Itaú.

Com efeito, destaco que, “após o surgimento da Lei nº 9.656/1998 (regulamentadora dos planos de saúde), da Lei nº 9.961/2000 (criadora da ANS) e da Lei nº 10.243/2001 (que deu nova redação ao § 2º do art. 458 da CLT), a Saúde Suplementar, incluídas as autogestões, adquiriu autonomia em relação ao Direito do Trabalho, visto possuir campo temático, teorias e princípios e metodologias específicos” (REsp 1.695.986/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 6/3/2018).

Desse modo, a pretensão de manutenção em plano de saúde coletivo, formulada por ex-empregado, nos termos dos artigos 30 e 31, da Lei nº 9.656/98, ainda que de autogestão, configura matéria eminentemente civil e não trabalhista, pois se restringe a discussão de questões atinentes ao contrato de plano de saúde firmado entre o usuário e a operadora, o qual possui regulamentação própria e independente das questões trabalhistas.

Além disso, o direito de manutenção do plano de saúde coletivo somente é devido após o término da relação empregatícia, ou seja, após a extinção do contrato de trabalho.

É pelo mesmo motivo, inclusive, que a empregadora, como estipulante, sequer possui legitimidade para figurar no polo passivo das demandas acima destacadas (AgInt no REsp 1.620.137/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 20/2/2017; REsp 1.575.435/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe 3/6/2016).

Nesse sentido, aliás, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, recentemente pacificado pela Segunda Seção, no julgamento do IAC nº 5, que firmou a

tese de que "compete à Justiça comum julgar as demandas relativas a plano de saúde de autogestão empresarial, exceto quando o benefício for instituído por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, hipótese em que a competência será da Justiça do Trabalho, ainda que figure como parte trabalhador aposentado ou dependente do trabalhador".

A propósito, confira-se a ementa do aludido julgado:

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE. MODALIDADE DE AUTOGESTÃO INSTITUÍDA. INATIVIDADE DO EX-EMPREGADO. MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM.

1. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 2015, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 06/11/2017.
2. Incidente de assunção de competência instaurado para decidir sobre a Justiça competente para julgamento de demanda relativa a contrato de plano de saúde assegurado em contrato de trabalho, acordo ou convenção coletiva.
3. A jurisprudência da Segunda Seção reconhece a autonomia da saúde suplementar em relação ao Direito do Trabalho, tendo em vista que o plano de saúde coletivo disponibilizado pelo empregador ao empregado não é considerado salário, a operadora de plano de saúde de autogestão, vinculada à instituição empregadora, é disciplinada no âmbito do sistema de saúde suplementar, e o fundamento jurídico para avaliar a procedência ou improcedência do pedido está estritamente vinculado à interpretação da Lei dos Planos de Saúde, o que evidencia a natureza eminentemente civil da demanda.
4. Tese firmada para efeito do art. 947 do CPC/15: Compete à Justiça comum julgar as demandas relativas a plano de saúde de autogestão empresarial, exceto quando o benefício for instituído em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo, hipótese em que a competência será da Justiça do Trabalho, ainda que figure como parte trabalhador aposentado ou dependente do trabalhador.
5. Hipótese que trata de contrato de plano de saúde na modalidade autogestão instituída, pois operado por uma fundação instituída pelo empregador, o que impõe seja declarada a competência da Justiça comum Estadual.
6. Recurso especial conhecido e provido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(REsp 1.799.343/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/3/2020, DJe 18/3/2020.)

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para declarar a competência da Justiça Comum para o julgamento da ação, anulando o acórdão recorrido e determinando o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para que prossiga no julgamento da apelação, como entender de direito.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora